



POLÍTICAS PÚBLICAS: ENSAIOS, EVOLUÇÃO E APLICAÇÃO PARA A PECUÁRIA LEITEIRA DE RONDÔNIA EM CONSONÂNCIA COM O SISTEMA CONTEMPORÂNEO CAPITALISTA

JOSÉ LIMA DE ARAGÃO; MANOEL ANTÔNIO NALDÊS BARRERO; CARLOS ANDRÉ DA SILVA MÜLLER;

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PRODUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PORTO VELHO - RO - BRASIL

carlos.andre@universidade.net

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

Título

Políticas Públicas: ensaios, evolução e aplicação para a pecuária leiteira de Rondônia em consonância com o sistema contemporâneo capitalista

Grupo de Pesquisa 11 – Políticas Sociais para o Campo

Resumo

Este trabalho teve como objetivo realizar um resgate teórico a partir de sua evolução, e esboçar caminhos para políticas públicas rurais. Realizou-se paralelo entre a evolução e a questão da pecuária leiteira familiar de Rondônia, ressaltando sua importância socioeconômica, ambiental e institucional para o desenvolvimento regional do Estado. Observando a literatura, acredita-se que os novos olhares para o meio rural seja capaz de criar uma produção familiar organizada, utilizando-se da mão-de-obra familiar, pelo incremento científico e técnico organizacional, através de políticas que levem em consideração questões locais. Assim, será possível promover o desenvolvimento local e regional com base em conhecimentos culturais, políticos, econômicos e ecológico da comunidade.

Palavras Chave: política pública, Rondônia, pecuária leiteira.



Abstract:

This study aimed to achieve a theoretical ransom from their development, and outline ways for rural public policies. There are parallels between this evolution and the family livestock dairy of Rondônia, with emphasis in its socioeconomic, environmental and institutional importance for the regional development of the state. Noting the literature, it is believed that the new rural visions will be able to create a family production organized, using the labour-family, the increased scientific and technical organizational through policies that take into account locations issues. Thus, it will be possible to promote local and regional development based on knowledge cultural, political, economic and ecological community.

Key Words: public policy, Rondônia, dairy livestock



1. Introdução

A luz do conhecimento econômico existente, diversas proposições capitalistas e socialistas foram fundamentadas e nessa perspectiva, modelos de estruturação socioeconômica e ambiental, urbana e rural foram construídas de forma que a interdependência entre ambas as áreas fossem estabelecidas.

A evolução do conhecimento em cima da dicotomia capitalista e comunista culminou na estrutura capitalista como a corrente principal de atuação de governos. Todavia, a estrutura capitalista, diante de seus gargalos, tem buscado cada vez mais o conhecimento socialista, uma vez que a “mão invisível” do mercado livre de Adam Smith gera exclusão social, e é exatamente em cima dessa exclusão que governos devem concentrar seus esforços em busca de uma sociedade mais igualitária, principalmente sobre questões de políticas públicas destinados à (possíveis) excluídos do sistema puramente liberal.

A exclusão rural é causadora de males sociais significativos, começando na pobreza rural, passando por um grande encadeamento até a favelização das cidades e da violência urbana. Isto posto, políticas destinadas à agricultura familiar tem relevância, uma vez que a pequena produção sem o devido apoio governamental perde competitividade exigida em uma estrutura capitalista, o que os leva ao fechamento de sua propriedade e tentativa da venda de sua mão-de-obra (muitas vezes não qualificada) na cidade.

Em Rondônia, há uma grande formação de uma estrutura familiar de produção de leite, muitas vezes atrelada à indústria laticinista que, devido ao seu poder de oligopsônio, comanda os preços, e reduz a rentabilidade do produtor. Essa característica do mercado somente pode ser alterada em caso de mediação governamental, seja por intervenção direta, ou indireta.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo desenvolver um ensaio teórico acerca dos fundamentos de políticas públicas para setores da sociedade e dos porquês da necessidade dessas políticas. Em especial, buscou-se estabelecer um paralelo entre à teoria e um caso concreto, qual seja a pecuária leiteira familiar de Rondônia e sua importância sócia, econômica, ambiental e institucional para o desenvolvimento regional do Estado. Tudo com base na hipótese de que a produção familiar organizada, utilizando-se da mão-de-obra familiar, do incremento científico, técnico e organizacional.

E neste sentido, o trabalho apresenta-se como um ensaio elaborado, com o propósito de formular raciocínios que possam auxiliar nas definições de políticas públicas para a pecuária leiteira da agricultura familiar organizada de Rondônia, e que, em oposição aos liberalistas, procura-se mostrar que as políticas públicas devem ser promovidas, coordenadas e fiscalizadas pelo Estado, mas sobre uma demanda da comunidade local enquanto município ou comunidade tradicional. De forma que, a ação desenvolvimentista tenha início e fim com o estado e meio com as comunidades tradicionais e municípios.

2. Contextualização: do estado burguês integral ao estado sinérgico de ação local

Segundo Cardoso (1978) a ciência política se orientou nos últimos anos por paradigmas por paradigmas e preocupações intelectuais que praticamente recusam interesse às preocupações metodológicas e as soluções propostas no passado para encarar esses temas. Em forma muito generalizada, seria possível reconhecer pelo menos três grandes linhas de



pensamento que classicamente inspiraram a formação da política como disciplina científica, e em cada uma delas existe um modo de encarar o significado das ideologias e dos valores para a ciência.

A primeira corrente do pensamento seria o modelo que toma forma sistemática na pena de Montesquieu e que – menos desligado da temática própria de uma ciência política porque proposto como paradigma das Ciências Sociais em Geral – aparece codificado em Durkheim. Existe uma ordem nos fenômenos políticos – nos fatos sociais para Durkheim – que não é universalmente idêntica, mas varia de modo reconhecível segundo cada forma de governo. E cada forma de governo supõe um princípio orientador que lhe é inerente.

A segunda grande corrente do pensamento clássico se opõe justamente ao “cientificismo” positivista. No Historicismo aparece a preocupação com o fluxo social, com o dever como criação humana, que, por isso mesmo, se torna prática singularizada: o movimento da história se deixa adivinhar pela descontinuidade. Só o irredutivelmente particular é portador dos sinais da ação humana criadora. Mesmo que a diferença, como fragmentação, denunciasse o geral, este não tem significação heurística: o conhecimento não pode ser mais que apreensão das fissuras e das singularidades, cada uma das quais traz o sopro de um Geist particular cuja história geral será, no melhor dos casos, o desenvolvimento do “espírito dos povos”, não a lei do movimento de estruturas. Evidentemente sob essa forma, a política não aspirou a ser ciência – conhecimento do geral – mas “consciência”: iluminação interna dos momentos particulares da vontade de poder, como se da estrutura interna das lâminas de um vitral surgisse à luminosidade capaz de revelar a transparência de sua verdade interior.

A terceira corrente do pensamento clássico é a inspiração de uma possível ciência política que deriva da crítica marxista simultaneamente à visão hegeliana do processo histórico e ao natural-estruturalismo do pensamento burguês. Por certo, também nesse modo de interpretação se parte de “relações estruturadas”. Porém, precisamente porque são estruturadas, essas relações se conformam num “todo” que se hierarquiza: o conceito de domínio, de determinação fundamental e secundária é decisivo. Não estamos mais diante de um mundo de infinitas possibilidades cuja apreensão passa por uma hierarquização externa (ele próprio sem “leis de estrutura”), nem de um mundo onde o “princípio de ordem” vige na sua expressão geral, como a ordem natural, embora se diferencie estruturalmente. Ao contrário, a ordem é uma imposição histórica, quer dizer: deriva de um modo particular de articulação entre as partes. Porém, esse “modo particular de articulação das partes” se torna historicamente geral. É um tipo particular de imposição, um modo histórico de ordem, que, ao cumprir-se, “cria” uma lei. A validade da lei estabelecida estará obviamente limitada pela permanência ou decomposição das forças que a supõem.

Quanto à formação e estruturação do Estado, instrumento de geração, normatização, coordenação e fiscalização da política pública, Saes (1998) comenta sobre a teoria do Estado burguês¹ (ou Estado capitalista²) e Estado geral, em que, o autor destaca como ponto de partida dessa teoria as obras de Marx, Engels e Lênin; e, salienta que a sua formulação mais sistemática se encontra na obra clássica de Poulantzas (1968) e defini o Estado geral como

¹ Expressão utilizada com mais frequência por Marx e Engel, e adotada pelo autor Décio Saes, em “Estado e Democracia: Ensaio Teórico (1998)”.

² Expressão utilizada por Poulantzas no seu livro “Poder Político e Classes Sociais (1968)”.



sendo a organização especializada na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições que conservam a dominação de uma classe por outra. Quanto ao Estado burguês, o autor destaca dois enunciados distintos:

- a) o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe;
- b) o Estado burguês corresponde a relações de produção capitalistas.

Para melhor entendimento, determina-se a relação que existe entre os dois enunciados, analisando à natureza da correspondência entre o Estado burguês e as relações de produção capitalista. Correspondência interpretada como modo economicista e mecanicista considera a formação do Estado burguês, uma formação social determinada, como um reflexo da dinâmica de relações de produção capitalistas. Nesta linha interpretativa, a dominância de relações de produção capitalistas, numa formação social particular, determina a transformação burguesa do Estado.

No que diz respeito à relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas, entende-se:

Um tipo particular de Estado - o burguês - corresponde a um tipo particular de relações de produção - capitalistas -, na medida em que só uma estrutura jurídico-política específica torna possível a reprodução das relações de produção capitalistas. Essa é a verdadeira relação entre o Estado burguês e as relações de produção capitalistas: só o Estado burguês torna possível à reprodução das relações de produção capitalistas (SAES, 1998).

Conforme Saes (1998) afirma, as relações de produção capitalistas, no seu sentido específico, apresentam dois aspectos. O primeiro deles consiste na relação entre o produtor direto – não proprietário dos meios de produção – e o proprietário dos meios de produção – não trabalhador -, que extorpe do primeiro o sobre trabalho: é a relação de propriedade em sentido estrito. O segundo aspecto consiste na separação entre o produtor direto e os meios de produção; ou seja, no não-controle, pelo produtor direto, das suas condições naturais de trabalho. Este segundo aspecto é específico das relações de produção capitalistas, não sendo encontrado nas relações de produção historicamente anteriores.

A extorsão do sobre trabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção assume, no capitalismo, a forma de compra e venda da força de trabalho: através do pagamento de um salário ao produtor direto, o proprietário dos meios de produção compra o uso de sua força de trabalho. Aqui, a força de trabalho assume a forma de uma mercadoria: o uso da força de trabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção se faz sob a forma de troca de equivalentes.

O Estado burguês ou capitalista neutraliza o produtor direto a ação coletiva, organizando um outro coletivo oposto à classe social que é o Povo-Nação, isto é, a coletividade nacional. Assim sendo, o Estado burguês define todos os agentes da produção, produtores diretos ou proprietários, como iguais, tal igualdade consistindo na sua condição comum de habitantes de um mesmo território.



Com base nestes princípios, pode-se observar, que o Estado capitalista, burguês, em tempo real, é o condutor da política pública e excludente da pequena produção – princípio do contraditório – neste sentido, os três principais modelos de ciências políticas com a formação e estruturação do Estado burguês. E, apoiando-se na terceira corrente do pensamento clássico que deriva da crítica marxista e ao natural-estruturalismo do pensamento burguês, percebe-se que uma das formas de auto-superação desta pequena produção em detrimento da produção burguesa, capitalista, em escala, é o desenvolvimento das forças produtivas sociais através da agricultura familiar organizada com a internalização de novas tecnologias, dominação dos meios de produção, melhoria de competitividade, baixos custos e inserção de mercado - tendo em vista que esse processo de realização dos valores produzidos, no mercado, acha-se subordinado à concorrência capitalista.

Becker (2000) salienta que não estamos diante do fim do Estado-Nação, mas de outra forma, paulatinamente há um compreensão de que é essencial formular e executar políticas de integração nacional e de caráter regional renovadas.

Partindo dessas premissas e segundo um raciocínio geográfico - na relação Política Estado e Estado Política - a reflexão se desenvolve em duas partes. A primeira analisa os fundamentos do significado de políticas de integração nacional a partir, por um lado, da mudança de natureza do Estado e do território no contexto da globalização e dos interesses nacionais e, por outro lado, volta o olhar à dinâmica recente das diferenças territoriais e regionais a serem consideradas no refazer do discurso e da prática de integração regional e desenvolvimento regional. A segunda parte sugere diretrizes de políticas e estratégias de integração nacional e desenvolvimento das regiões (BECKER, 2000).

Segundo Becker (1995), todas essas transformações resultam da ação conjugada de dois elementos:

1. A revolução científico-tecnológica, que cria uma nova forma de produzir cuja matéria-prima é a informação e o conhecimento, transformados em fontes de produtividade econômica e de poder político;
2. A crise ambiental, talvez a principal restrição à expansão do capitalismo sob formas convencionais de produzir que impõe novos padrões relacionais com a natureza e os recursos econômicos.

O Estado reconstitui o seu poder através da construção de alianças, novos arranjos em parcerias para superar conflitos e alcançar complementaridade. Parceria e negociação são a essência das políticas de integração nacional no final do milênio, políticas que devem ser desenhadas em várias escalas geográficas (BECKER, 2000). Trata-se, assim, não do fim do Estado, mas do fim da “Era do Estado Integral” e emergência do Estado catalítico ou sinérgico (WEISS, 1996). O significado das políticas públicas e de integração nacional é o de contribuir para a sinergia, o que envolve articulações e parcerias nos níveis domésticos, continental e global.

O exame da história nacional contemporânea a partir dos temas que mobilizam a cidadania revela cinco valores básicos e permanentes da nação: o desenvolvimento, a autonomia, a paz e estabilidade do seu entorno, o respeito à diversidade cultural e à democracia. Considerando-se a abrangência do item desenvolvimento, apresenta-se aqui as dimensões locais do desenvolvimento.



3. A Dimensão Local do Desenvolvimento na Política Pública Regional

Em relação às políticas de desenvolvimento, uma das principais características em suas emergentes configurações, está na tendência de redefinição da ação do poder público, fundamentado, agora, no âmbito local.

Santos (1995) considera a territorialidade como um complexo de práticas estabelecidas na relação entre um grupo organizado, modernamente uma sociedade, e o seu espaço. E acrescenta: a produção territorial processa-se através de um turbilhão de interesses que se manifestam via estratégias múltiplas de agentes os mais diferentes, desde indivíduos, famílias, empresas, governos, partidos, associações e outros, cujas ações se expressam inevitavelmente em meios e/ou formas especiais.

Abrúcio e Couto (1996) comentam que, a partir do início da década de 1980 começa a entrar em crise o chamado Estado nacional-desenvolvimentista, cuja principal característica era alavancar o processo de desenvolvimento (econômico), ou seja, a noção de Estado-nacional enquanto vetor principal da promoção do desenvolvimento entra num período de crise progressiva, que reclama uma redefinição em sua função desenvolvimentista, embasada numa tendência de descentralização da ação do poder público, dirigida, então, para o âmbito das especificidades locais.

Existem, obviamente, muitas razões subjacentes a essa tendência descentralizante. A ideologia neoliberal de reforma do Estado encontra, sem dúvida, lugar estratégico enquanto motriz de tais transformações. Para Bava (1996), é possível entender esse processo de descentralização governamental no sentido de que os Estados nacionais passam a transferir a gestão do conflito social e das carências para os governos municipais. Nesse sentido, então, a emergência da noção de desenvolvimento local responde.

Ou seja, o Estado-nacional como promotor por excelência do desenvolvimento, entendido em termos de crescimento econômico, depara-se com a falência dessa sua função; tendo em vista que os níveis do crescimento econômico não refletem, propriamente, uma melhoria nos níveis de vida da população, e, portanto, não promove, necessariamente, o desenvolvimento. Isso representa um dar-se conta de que "... as medidas do bem estar 'econômico' deixam de lado os aspectos sociais, políticos e espirituais do bem-estar humano, que não raro são os mais importantes" (STEER e LUTZ, 1993).

A esfera municipal, entendida como o espaço local de intervenção pública, passa a incumbir-se do papel protagônico da efetivação de uma nova noção de desenvolvimento. Os municípios passam, segundo Abrúcio e Couto (1996), a responsabilizarem-se pela dupla função de, por um lado, "assegurar condições mínimas de bem-estar social às suas populações" e, promover o desenvolvimento "com base em ações de âmbito local". Nestas transformações subentende-se o reconhecimento de que o desenvolvimento, em termos de crescimento econômico, não atendia demandas sociais básicas, como aquelas requeridas pelos movimentos sociais; estabelecendo-se, com isso, um vácuo entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Na perspectiva de se conceber uma nova proposta de desenvolvimento rural, o aspecto da localidade, interagindo com as demais características da sustentabilidade e integração social e territorial, emergem como um dos seus aspectos fundamentais. A noção de desenvolvimento centrado essencialmente no local, apresenta-se com uma conotação essencialmente integracionista, alusiva à superação das carências específicas das localidades;



e, de uma integração das especificidades locais, no sentido da formação de sinergias territoriais. Assim, o conceito de local adquire a conotação de alvo sócio-territorial das ações; não sendo, no entanto, propriamente, um espaço micro, podendo ser tomado como um município ou, inclusive, como uma região compreendendo vários municípios.

A noção de desenvolvimento local alude, portanto, a uma forma nova de empreendimento do desenvolvimento, em que as especificidades municipais, regionais ou territoriais, são tratadas com maior proximidade, através de políticas específicas condizentes com o potencial desenvolvimentista próprio de cada local.

Tendo em vista o aspecto estrutural de uma nova estratégia de desenvolvimento rural, que comporta, como fator central, o aspecto da sustentabilidade, a ênfase no local representa um meio de se assegurar o caráter sustentável do projeto desenvolvimentista. Considerando-se que desenvolvimento sustentável implica um processo em que fatores sociais, ecológicos, culturais, políticos e econômicos, dentre outros, estejam inter-relacionando-se de forma equilibrada.

A descentralização de políticas públicas representa um aprimoramento, ao menos teoricamente, na qualidade de sua operacionalização, visto que se leva em conta a realidade específica de cada local. A estratégia do desenvolvimento no nível local, no âmbito propriamente das ações e reações específicas da localidade, condiciona às políticas públicas a possibilidade de reorientar seus objetivos; em contrapartida às políticas nacionais de caráter mais abrangente.

A tradicional centralização na implementação de políticas públicas no Brasil, com vistas ao desenvolvimento rural, trás consigo uma alienação em relação às circunstâncias específicas dos espaços localizados; que representa o espaço que reclama prioridade na incidência de tais políticas. Assim, quase sempre, as políticas públicas são concebidas e empreendidas setorialmente, o que significa uma desconsideração para com as condições específicas de cada localidade. Isso é particularmente notório se considerarmos que uma das medidas básicas da estratégia de desenvolvimento local, integrado e sustentável para o meio rural, reside, justamente, na necessidade de descentralização das políticas públicas, através da proposição de novas formas de planejamento e de gestão que incorporem projetos de interesse local.

Isso significa que, como constata Abramovay (1998), o meio rural não pode ser entendido sob uma ótica fundamentalmente setorial. Da mesma forma que as cidades não se reduzem às indústrias, o campo não pode ser reduzido à agricultura. Ou seja, políticas nacionalizadas e centralizadas, implementadas setorialmente, resultam em contrastes no processo de desenvolvimento rural, pois, privilegiam regiões, segmentos, atividades e produtos, estabelecendo disparidades e desigualdades sociais e econômicas.

Tal perspectiva é particularmente notória, haja vista que, segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999) “as políticas públicas geralmente são elaboradas setorialmente e sem levar em conta os seus efeitos no desenvolvimento local. Essa fragmentação contribui para o avanço de alguns e para a estagnação de outros setores, agravando muito mais os desequilíbrios do que propriamente solucionando os problemas que geram as desigualdades sociais”. Assim sendo, concluem os autores, “deve-se pensar a elaboração de políticas com orientação inter-setorial.

As forças que congregam essa nova dinâmica territorial do desenvolvimento emergem das múltiplas formas de organização dos atores sociais locais, de que, as



organizações associativas dos agricultores familiares são um exemplo. A participação efetiva dos poderes e das organizações populares locais apresenta-se como condição do desenvolvimento local, já que, como constata MEPF/MA/INCRA/SDR (1999), “o foco no desenvolvimento local e regional exige efetiva descentralização das ações e democratização das decisões”. Assim sendo, conclui o referido documento, “a mobilização dos agricultores familiares terá como base o nível local. O fortalecimento do local corresponderá ao ‘alicerce’ para o desenvolvimento municipal e microrregional”.

Essa visão indica possíveis redefinições nos paradigmas tradicionais das políticas de desenvolvimento rural, na direção do reconhecimento do papel estratégico do desenvolvimento local para um desenvolvimento mais abrangente, e, inclusive, nacional.

4. O Desenvolvimento Sustentável

As discussões em torno da sustentabilidade do desenvolvimento representam, hoje, uma das preocupações centrais dos governos de todo o mundo e de organizações preocupadas com o futuro da humanidade, e, de uma maneira geral, com o futuro do planeta e da biodiversidade.

De acordo com Santos (1995), a sustentabilidade, do ponto de vista socioeconômico, enquanto paradigma está ligado à questão do desenvolvimento. É o paradigma que orienta o uso de tecnologia de mínimo impacto no manejo ambiental, visando a obter o crescimento econômico, de um lado, e promover, de outro, a equidade social.

Essa visão nova acerca do desenvolvimento representa, sem dúvida, uma transformação extremamente significativa para a história da humanidade e, portanto, para as formas de suas relações sociais e com o meio ambiente e os recursos naturais. Significa, igualmente, a urgência de transformação nos modelos tradicionais de desenvolvimento que apostavam, contrariamente, numa relação desequilibrada e tendenciosa de desenvolvimento, enfatizando aspectos do processo, em detrimento de outros.

Trigo et al. (1993), “no paradigma predominante [de desenvolvimento], associa-se o nível de bem estar à disponibilidade de bens físicos e, portanto, são tomados o produto interno bruto per capita e sua taxa de crescimento como uma amostragem apropriada do esforço feito por uma sociedade a fim de fornecer bens a seus membros”.

Isso reafirma a perspectiva básica da concepção predominante de desenvolvimento segundo a qual desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico, mesmo que à custa de um desequilíbrio gerado a partir da deterioração e degradação dos recursos naturais e da desagregação do tecido social. A emergência do conceito de desenvolvimento sustentável denota, pois, a necessidade de uma substancial transformação, ou, ao menos, uma tendência de transformação, no paradigma predominante que orienta os planos e estratégias de desenvolvimento.

Se observarmos a tendência de favorecimento sistemático da agricultura patronal vinculada à monocultura e à grande exploração, inerente ao projeto tradicional de desenvolvimento rural, que resultou, principalmente, no agravamento dos níveis de insustentabilidade social e ambiental, entende-se, claramente, que tais problemas figuram como os resultados mais visíveis das políticas tradicionais de desenvolvimento rural empreendidas até aqui. Assim sendo, a via pela qual se desenvolveu a modernização da agricultura, direcionada exclusivamente para o aumento da produtividade, e a exclusão



continuada de segmentos pobres da população rural, conduziram a um modelo de desenvolvimento rural que culminou com a necessidade urgente de reformulação, em função do patamar insustentável nos campos ambiental e social, principalmente.

De acordo com Steer e Lutz (1993), uma compreensão melhor do desenvolvimento requer medidas desenvolvimentistas mais amplas, que englobem questões sociais, ambientais e de equidade. Com este propósito, nos deteremos na análise de quatro aspectos fundamentais implicados na sustentabilidade da nova proposta de desenvolvimento rural, que concerne na sustentabilidade social (cultural e política), ambiental (ou ecológica), econômica e institucional.

A sustentabilidade nessas quatro dimensões passa pela a formação de frameworks (arcabouço) sistêmicas que atribuem igual peso para ambos. A framework de três esferas (social, econômica e ambiental) considera as condições humanas duplamente importantes e framework de quatro esferas (social, econômica, ambiental e institucional) as considera triplamente importante em relação às mudanças nas condições ambientais. Numa situação extrema, relatórios ambientais dão pouca importância ao bem-estar humano e relatórios econômicos ignoram o estado do ambiente.

Segundo Siena (2002), uma forma alternativa de classificar as frameworks para indicadores é de acordo com a importância relativa atribuída às pessoas e ao ecossistema. Em que podemos observar os modelos sistêmicos e modelos das três e quatro esferas. Em 1995 a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (UNCSD), seguindo as recomendações da agenda 21, adotou um programa de trabalho, coordenado pelo Departamento da Coordenação de Política e Desenvolvimento Sustentável (DPCSD), em que adotaram quatro grandes categorias de indicadores: indicadores sociais, econômicos, ambientais e institucionais (OECD, 1993,2000; UNDPDSD, 1996; UNCSD, 1996) e apresentaram uma lista que inclui aproximadamente 140 indicadores de desenvolvimento sustentável agrupados de acordo com os capítulos da Agenda 21. Formato que atende ao Modelo das quatro esferas (Figura 1).

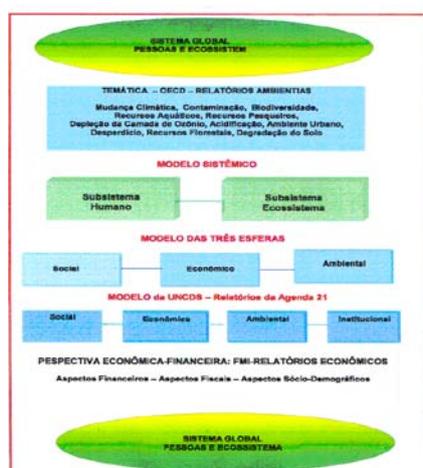


Figura 1 - Classificação das Frameworks para Avaliação de acordo com Importância Atribuída às Pessoas e Ecossistemas

Fonte: Siena, 2002



Entre os vários trabalhos apresentados sobre frameworks para indicadores de desenvolvimento sustentável destacamos o apresentado por Meadows (1998). Meadows teve a intenção, de acordo com suas próprias palavras, elaborar uma framework que fizesse sentido em si mesma e que levasse ao entendimento dos modelos dinâmicos. Para elaboração da framework considera, por um lado o diagrama original DALY (1993), o qual relaciona terra com economia humana e, por outro, as idéias básicas do modelo de quatro capitais (Banco Mundial), situando a economia humana dentro de uma hierarquia, repousando sobre o capital natural e buscando os propósitos últimos.

No diagrama original de Daly, denominado de “triângulo de Daly” (Figura 2), na sua base estão os últimos meios – capital natural, sobre os quais toda a vida e toda a economia se sustentam. Esses últimos meios, como energia solar, os ciclos biogeoquímicos, ecossistemas, etc., são estudados pela ciência e transformados pela tecnologia em meios intermediários – capital humano e capital artificial – como instrumentos, máquinas, energia e materiais processados, que definem a capacidade produtiva da energia.

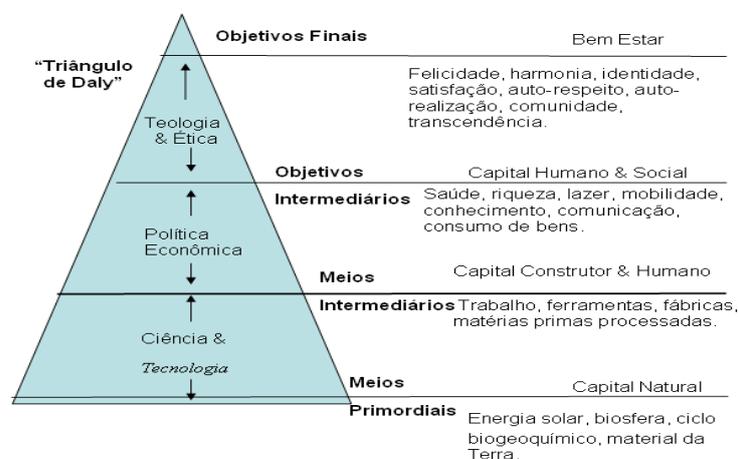
Os fins intermediários são aquilo que os economistas chamam de resultados – bens de consumo, saúde, riqueza, conhecimento, etc, mas eles não garantem satisfação porque não são fins em si mesmo. São instrumentos para alcançar algo superior. A conversão desses fins intermediários em últimos fins é dependente de uma ética ou religião ou filosofia que possa orientar sobre qual é o significado de saúde, riqueza, educação, etc.

No topo da pirâmide está o fim último, desejado em si mesmo, não um meio para encontrar algum outro fim. Daly (1993) chamou esse fim último de “summum bonum”, enquanto Meadows (1998) o designou de bem-estar – felicidade, harmonia, auto-respeito e auto-realização, comunidade, o que denota a idéia de algo qualitativo e não quantitativo.

O princípio da fé, da religiosidade, da procura do bem estar permeiam o camponês da agricultura familiar, são seres humanos movidos pela fé, que acreditam nos princípios da natureza, que tudo vem dela, que é ela a responsável pela subsistência de seu povo. O que falta neles é o conhecimento técnico de como manejar os bens naturais de maneira sustentável e que possam garantir o alimento atual do seu povo e das gerações futuras.

A produção científica mais recente que versa sobre as condições do desenvolvimento sustentável, parece convergir para uma mesma conclusão: que a descentralização de renda é o alicerce do crescimento sustentado. Tal perspectiva, incidindo sobre as possibilidades de “desenvolvimento rural sustentável”, parece fundamentar a necessidade do estabelecimento da agricultura familiar como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, e que, esse modelo desenvolvimentista tenha como princípio básico o dos “quatro capitais”, onde, a ciência e tecnologia transformariam “os meios primordiais (capital natural)” em “meios intermediários (capital construído pelo homem)”, esses, por intermédio das políticas públicas econômicas se transformariam em objetivos intermediários (capital humano e social) e por último através de um processo ético, de fé, de respeito à humanidade e de auto-realização, os objetivos intermediários se transformariam em objetivos finais que tem como “fim último” o “bem estar” da sociedade humana. Resultado este que só será possível partindo de uma consciência “teológica e ética” de absoluto respeito aos princípios de existência da humanidade no planeta terra.

O consenso científico do desenvolvimento caminha realmente para o uso racional dos fatores de produção em respeito a finitude dos bens naturais, havendo a necessidade dos donos dos meios de produção mudarem de concepção sobre os valores da natureza.



Fonte: Meadows, 1998

Figura 2 – Uma Proposta de Estrutura para Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Para Santos (1995), a busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações. E, o novo modelo se fundamenta em três princípios básicos. O princípio de uma nova racionalidade no uso dos recursos; o princípio da diversidade e uso das potencialidades autóctones em recursos naturais e humanos, significando uma valorização seletiva das diferenças; e o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas, sobretudo a forma inovadora de planejamento e governo, a gestão do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, poder local como base do desenvolvimento.

Desta forma, além de compatibilizar-se com a necessidade da distribuição de riquezas, em função de seu caráter essencialmente distributivo, a agricultura familiar parece apresentar uma adequação bastante satisfatória com a noção de sustentabilidade. Além do que, o contingente populacional e o número de estabelecimentos ocupados com a agricultura familiar no Brasil é muito expressivo. Conforme MA/SDR/DATER (1996) dos 5,8 milhões de propriedades agropecuárias que existem no Brasil cerca de 4,3 milhões, ou seja, 75% do total, são de agricultura familiar.

Assim sendo, as políticas públicas governamentais voltadas ao ambiente rural precisam dar-se conta de que a promoção da agricultura familiar, como linha estratégica de desenvolvimento rural, trará muitas vantagens para a sociedade brasileira (FAO/INCRA, 1994). Esta conclusão deriva tanto da experiência histórica das nações mais avançadas, quanto da própria avaliação do bimodalismo existente no Brasil, isto é, a forte presença, entre nós, dos dois principais modelos de produção agropecuária, o familiar e patronal.

Na produção e reprodução da agricultura familiar existem produtos considerados de destaque na manutenção e fortalecimento desse segmento produtivo, a exemplo, o café e o leite, são considerados padrões nessa atividade familiar. E o que se pretende demonstrar neste trabalho é, justamente, a importância de uma política pública para a viabilidade da produção de leite sustentável em nível de agricultura familiar de Rondônia.



5. Esboço de uma Proposta Política de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Pecuária Leiteira de Rondônia

Esta proposta parte do princípio de que a exploração da pecuária leiteira em Rondônia é feita pelo produtor rural da agricultura familiar, onde se produz em média 50 litros de leite por propriedade, e que, sua área disponível para a pecuária leiteira é em torno de 48 hectares (GOMES, 2002). A Tabela 1 apresenta a estrutura fundiária de Rondônia.

Tabela 1 - Estrutura Fundiária de Rondônia

Descrição	Propriedades	Propriedades Acumuladas	Simple %	Acumulado %
Até 5 há	19.208	19.208	22,36	22,36
6 a 10ha	4.012	23.220	4,67	27,03
11 a 20ha	7.461	30.681	8,68	35,71
21 a 50ha	25.138	55.819	29,26	64,98
51 a 100ha	17.068	72.887	19,87	84,84
101 a 200ha	7.309	80.196	8,61	93,35
201 a 250	1.140	81.336	1,33	94,68
251 a 500ha	1.910	83.246	2,22	96,9
Mais de 500ha	2.661	85.907	3,1	100
TOTAL	85.907	-	100	-

Fonte: EMBRAPA – RO, 2003.

A agricultura familiar se desenvolveu no Estado a partir de 1970, com o aproveitamento das terras férteis e o incentivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para assentamento de agricultores ao longo da BR-364, que liga o Estado (situado na região norte) a região centro-oeste e demais regiões do país. Esta distribuição de terras em pequenas propriedades pode ser comprovado pela estrutura fundiária do Estado de Rondônia, que, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária de Rondônia – EMBRAPA – RO (2003), 93,35% das propriedades de Rondônia estão entre 0(zero) a 200(duzentos) hectares. Veja Tabela 1.

Destas 80.196 (93,35%) propriedades com extensão territorial de até 200 hectares, 35 mil (43,64%) tem como renda básica o leite, que produzem por ano 638,75 milhões de litros (SEAPES, 2003). Quanto à destinação 82% (DALSD, 2002)³ desta produção é destinada a produção de queijo mussarela que representa 52,4 milhões de quilos/ano, isto comercializado a uma pauta de R\$ 4,10, representa R\$ 214,52 milhões de reais ano que circulam no Estado. Desta produção estimada ano, 49,3 milhões de quilos (94%) são vendidos fora do Estado ((DALSD, 2002)) – mercado externo – que rende em reais, 8,6 milhões de ICMS (4,25%) por ano para o Estado. Nas vendas internas se comercializam 3,1 milhões de quilos (6%) a um ICMS de 4%(SEFIN-RO) dar 515,4 mil reais ano.

A soma destas duas cifras de ICMS totaliza para o Estado de Rondônia por ano 9,1 milhões, só da venda de queijo mussarela. Portanto, esta seria uma das contribuições que apenas um produto deste segmento da agricultura familiar poderia contribuir para o Estado se tudo ocorresse dentro uma plataforma política de desenvolvimento sustentável. Pois, o fato da

³ Diagnóstico do Agronegócio Leite e Seus Derivados, 2ª Edição, 2002.



produção por propriedade e, conseqüentemente por hectare, ser baixa, corre o risco, de boa parte destas propriedades produtoras de leite desaparecerem nos próximos anos.

Observando o exposto na Tabela 1, pode-se constatar que esta condição fundiária não é atrativa ao grande capital – caso haja política pública de amparo à pequena produção –, fato que explica a sua disponibilidade para a exploração pelo pequeno capital e pela produção familiar individual, grupal, e, especificamente, a organizada em forma de associação, cooperativa ou condomínios. Neste modelo de produção extensiva para aumentar a escala de produção o caminho não seria a ampliação do atual modelo, já que a área de produção é reduzida, mas a efetivação de mudanças políticas e tecnológicas, incorporando conhecimentos gerenciais, científicos, tecnológicos e organizacionais do mundo atual. Para efetivação deste modelo de produção acredita-se que a exploração da pecuária leiteira fundada na utilização da mão-de-obra familiar reúne condições materiais necessárias ao seu amplo e pleno desenvolvimento em sistemas capitalistas contemporâneo.

Desta forma, a possibilidade de reprodução da pecuária leiteira fundada no trabalho imediato da família que administra e executa a produção, criando condições básicas de produtor independente, isto é, que detém as condições e os meios de produção imediatos: a força de trabalho, a propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho; facilita à construção das condições de desenvolvimento da pecuária leiteira e, conseqüentemente, da agricultura familiar independente. Identificar as formas e os meios para assegurar essas condições de produção, no âmbito do Agribusiness brasileiro, é objetivo geral que deve ser perseguido por qualquer projeto ou programa de desenvolvimento sustentado.

Entretanto, essa possibilidade, que corresponderia ao enriquecimento desses produtores independentes, ou a sua capitalização – no caso de pretenderem e/ou poderem reinvestir esse valor excedente no próprio ou em outro negócio – não depende da sua mera condição de produtor familiar e independente, mas das condições de mercado, ou seja, das possibilidades de conseguirem baixar seus custos de produção e, assim, poderem colocar seus produtos excedentes de forma competitiva no mercado. Caso contrário esse produto ou, pelo menos, boa parte dele terá o seu valor dissipado.

Esse processo de realização dos valores produzidos, no mercado, acha-se subordinado a concorrência capitalista e, pode fugir – e geralmente foge – ao controle imediato dos produtores rurais, sejam eles capitalistas, familiares ou grupais independentes. Esse fenômeno não depende, apenas, da demanda por produtos agropecuários. Decorre muito mais da concorrência, o que implica na necessidade de redução dos preços de produção, ampliação da escala de produção e qualidade dos produtos e processos na agricultura familiar. A consecução dessas condições implica uma verdadeira revolução na produção familiar – sua transformação endógena em agricultura de alta produtividade -, o que supõe a montagem de toda uma estratégia de planejamento e de políticas públicas de apoio a sua implementação.

Para que uma atividade seja sustentável no mundo contemporâneo atual, deve, necessariamente, passar pela formatação de uma framework (arcabouço) que envolva as dimensões social, econômica, ambiental e institucional, tendo em vista, o reconhecimento da finitude dos recursos ambientais. Logo, uma política pública direcionada a viabilidade da produção leiteira na pequena propriedade rural da agricultura familiar deve contemplar estes quatro segmentos. E, segundo Siena (2002) as frameworks sistêmicas formadas pelas dimensões sociais, econômica, ambiental e institucional atribuem igual peso para ambos



(SIENA, 2002). Para garantir a sustentabilidade nestas quatro dimensões é preciso que se leve em consideração as seguintes conceituações (Tabela 2).

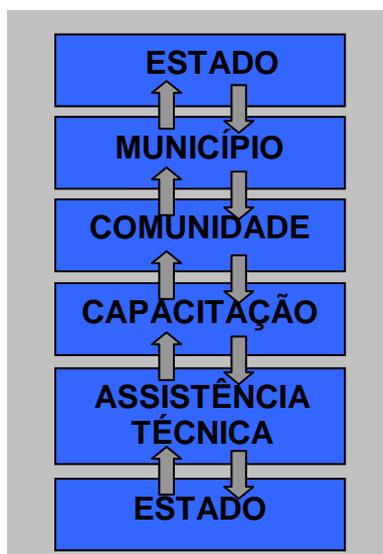
Tabela 2 - Conceitos das dimensões de sustentabilidade

DIMENSÃO	CONCEITO
Social	É o capital humano. Consistem nas qualidades intra-pessoais dos seres humanos, suas habilidades, dedicações e experiências.
Econômica	É o capital feito pelo o homem. Inclui não somente a economia formal, mas também a informal que fornece serviços aos indivíduos e grupos, e assim, aumenta o padrão de vida além da renda monetária.
Ambiental	É a soma de todos os processos bio-geológicos e os elementos envolvidos neles (referidos como “capital ambiental” pelos economistas)
Institucional	É o resultado dos processos inter-pessoais, como comunicação e cooperação, resultando em um sistema de regras que governam a interação de membros de uma sociedade.

Fonte: Ribeiro, 2002.

Dentro deste modelo a política pública de sustentabilidade da pecuária leiteira familiar de Rondônia, deve seguir a seguinte ordenação:

1. **O Estado**, enquanto nação politicamente organizada, promovedor, coordenador e fiscalizador das políticas públicas, deve incentivar e promover todos os segmentos economicamente produtivos em seu espaço territorial, com base na demanda local de cada município com foco na comunidade familiar;



Produção - Indústria - Mercado

Figura 3 – Arcabouço de uma política publica para pecuária leiteira de Rondônia

Fonte: Elaborado pelos autores

2. **O município** entendido como **espaço local** deve assumir a gestão dos conflitos sociais e suas carências, promovendo assim, um processo de descentralização da política pública; por outro lado, os Estados nacionais devem conveniar-se com esses municípios cooperando com as gestões administrativas, financeiras e técnica desta política pública ora instalada. Os municípios passam a responsabilizarem-se pela


SOBER

 XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
 Administração e Sociologia Rural


dupla função de “assegurar condições mínimas de bem-estar social às suas populações” e, promover o desenvolvimento “com base em ações de âmbito local”. A estratégia de desenvolver-se em nível local, no âmbito propriamente das ações e reações específicas da localidade, condiciona as políticas públicas à possibilidade de reorientar seus objetivos, fundamentando-se em instrumentos integrados das diferentes necessidades e preocupações econômicas, sociais, ambientais e institucionais da comunidade local;

3. **A comunidade (capital social)** geradora dessa demanda deve ser organizada em famílias, grupos, associações, cooperativas, condomínios, entre outros; gerando condições de produção e reprodução dos produtos trabalhados, através da aquisição dos meios de produção e afastando os mediadores do processo de reprodução social, em especial, fornecedores de insumos, produtos e empresas de armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos agropecuários. Evitando a apropriação de valores por outros atores da cadeia produtiva;
4. **Capacitação** técnica da comunidade conforme demanda gerada formando **agentes de desenvolvimento rural**, em que, será criada a possibilidade de incorporação de tecnologias e de outros recursos, especialmente os gerenciais, ao processo de produção imediata e de sua integração ao mercado. Trabalhando-se a **cadeia produtiva nos segmentos da produção, indústria (beneficiamento) e mercado**, com objetivo de melhorar a produtividade, qualidade dos produtos, baixar custos de produção, ampliar a produção em escala, agregar valor, e, colocando assim, os produtos excedentes da agricultura familiar de forma competitiva no mercado capitalista globalizado;
5. **Assistência Técnica** até a independência do produtor individual ou organizado é necessária que se mantenha, seja pelo Estado ou privada - paga pelo próprio produtor a técnicos específicos da área sobre o acompanhamento do Estado para que se evite abuso de práticas ilegais, tanto técnicas como financeiras - o importante é que o Estado como indutor da política pública neste momento de formação do capital social não deixe o produtor desamparado, é preciso a parceria institucional até a sua independência técnica e financeira;
6. **O Estado** deve absorver a demanda gerada pela comunidade local, instrumentalizando-se, com recursos humanos capacitados e com equipamentos para executar via terceirização ou não da política pública demandada, sempre, com propósito final de tornar o produtor rural independente nas suas negociações. Veja figura 3.

Conforme esquematização apresentada o fluxo de conhecimento tem que andar em mão dupla - feed back - numa visão holística de cadeia, compreendendo os segmentos da **produção, indústria e mercado** começando e terminando com o Estado, como indutor, coordenador e fiscalizador da política pública. É pretensão também, demonstrar neste arcabouço, a necessidade de descentralização da política pública e o reconhecimento dos costumes tradicionais presentes nas comunidades, respeitando-os e aperfeiçoando-os através de treinamentos específicos e, mediante essas tradições sociais, econômicas e ambientais criar demandas a serem trabalhadas e viabilizadas no mundo contemporâneo real. A ação do Estado perante a política pública deve ser de início e fim, enquanto que, o município e a comunidade deve ser ação meio, de forma que esse tripé Início - Meio - Fim tenha como resultado final à capacitação e formação dos agentes de desenvolvimento rural (capital social),



criando assim, interdependência do produtor de leite da agricultura familiar de Rondônia na Cadeia Produtiva do agronegócio leite em níveis estaduais, nacional e até mesmo internacional.

A construção de uma estratégia de desenvolvimento local, integrado e sustentável para o meio rural constitui-se num processo micro-social de construção coletiva onde a integração social, fundamentada na noção de localidade, no sentido defendido por Carneiro (1997), forma a sua base. Ou seja, pela participação coletiva deve-se buscar sincronizar as necessidades sociais com as oportunidades locais de desenvolvimento. Dessa forma, “as transformações em curso no meio rural brasileiro exigem não só medidas exclusivas de políticas públicas, no sentido do atendimento das novas demandas do meio rural, mas também uma nova estratégia de gestão social, que fortaleça o poder dos atores sociais” (FLORES e MACÊDO, 1999).

Tal estratégia remonta ao entendimento de que a sustentabilidade do desenvolvimento fundamenta-se na realidade local de cada comunidade, onde acontece, efetivamente, as ações e reações dos atores sociais envolvidos diretamente na construção deste “novo mundo rural”. É nesse sentido que o associativismo redimensiona-se e cresce em importância junto aos agricultores familiares do estado de Rondônia, demonstrando novas formas de gestão social, com a participação efetiva de novos atores. Ou seja, o foco do desenvolvimento no âmbito localizado supõe o adensamento das necessidades e potencialidades locais, através da participação popular. O contexto atual deixa evidente que “a tendência é a organização associativa dos agricultores familiares, ou dos territórios onde eles estão localizados”.

6. Conclusões

A política inserida nas ciências sociais trata da organização dos governos, e da arte de dirigir as relações entre esses e a sociedade, cujo princípio básico deve ser o desenvolvimento nacional através de atividades inerentes ao bem estar sócio, econômico, ambiental e institucional que culminem com o progresso, crescimento ou incremento de suas regiões, localidades e comunidades setorizadas realçando as potencialidades locais.

A proposta desse trabalho foi a reflexão da importância do Estado, quanto governo e como ele deve lidar com as questões sociais. Ênfase especial foi dada à questão da pecuária leiteira de Rondônia, e que políticas devem ser destinadas a esse segmento, uma vez que grande parte da agricultura familiar tem a produção de leite como meio de sustento.

A guisa da evolução teórica da forma como o Estado deve se fazer presente, vê-se que a intervenção estatal para a manutenção do homem no campo se faz importante, uma vez que políticas anteriores desenvolvimentistas não surtiram o efeito desejado.

Verifica-se, portanto, a existência de um significativo processo de transformação estrutural do que convencionalmente se definiu como “meio rural”. Ou seja, está em curso uma dinâmica de reestruturação do meio rural, o que implica consideráveis modificações “internas” – como o fator do reordenamento territorial e de atividades – e, por conseqüência, engendra-se uma tendência de readequação dos papéis do meio rural para com o desenvolvimento social integral da sociedade brasileira. E nesse contexto, o papel do estado é fundamental para que essa estruturação ocorra conforme o desejo social.



Em função dessas transformações percebe-se uma acentuação das discussões relativas aos novos padrões para o desenvolvimento rural; que estejam, evidentemente, em conformidade com suas novas configurações emergentes. Resulta disso, um novo entendimento do processo desenvolvimentista, consoante à emergência da noção de sustentabilidade (sócio, ambiental, econômica, institucional), haja vista ser uma decorrência direta e realisticamente intrínseca à implementação histórica do padrão tradicional de desenvolvimento rural brasileiro.

7. Referências Bibliográficas

ABRÚCIO, Fernando L.; COUTO, Cláudio G. **A redefinição do papel do Estado no âmbito local.** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 40-47, 1996.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** São Paulo: MEAD, 1998a, 20p.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável. Fortaleza: 1998b, 9p.

_____. **Do rural ao território: uma proposta de trabalho.** Anotações para o primeiro relatório do Projeto BRA/97/013, São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA, 1998c, 13p.

BANDEIRA, Pedro S. **Construção das Políticas de Integração nacional e Desenvolvimento Regional.** In: Competitividade com Equidade e Sustentabilidade, Ministério da integração Nacional, Brasília. MIN, 2000.

BRASIL, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Agenda Ambiental da embrapa para Amazônia.** Porto Velho: EMBRAPA-RO, 2003.

BAVA, S. Caccia. **Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise?** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, p. 53-59, 1996.

BECKER, Bertha K. **Reflexões sobre Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.** In: Competitividade com Equidade e Sustentabilidade, Ministério da integração Nacional, Brasília. MIN, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologia do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro.** 2.ed. Rio Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO da SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro.** Seminário internacional “O Novo Rural Brasileiro”, Campinas: IE/UNICAMP – Projeto Rurbano: março 1999, 20p”.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1998.



_____. **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1999.

CARNEIRO, Maria J. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

FLORES, Murilo X.; MACÊDO, M. M. Costa. **Políticas para o novo mundo rural brasileiro.** Seminário internacional “O Novo Rural Brasileiro”, Campinas:

GOMES FILHO, Sebastião Teixeira. **Estado de Rondônia: Diagnóstico do Agronegócio Leite e Seus Derivados.** 2.ed. porto Velho: SEBRAE/RO, 2002.

KITAMURA, P. C. **Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão.** Ciência e ambiente, v. 4, n. 6, p. 37-49, jan./jun. 1993.

MA/SDR/DATER. **Manual operacional do Pronaf.** Brasília: outubro de 1996, 46p.

MEADOWS, Donella. **Indicators and information Systems for Sustainable development.** The Sustainability Institute, 1998.

MEPF/MA/INCRA/SDR. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado.** Brasília: março de 1999, 46p., (versão preliminar).

OECD. **To measure sustainable development.** Paris: OECD, 2000.

RIBEIRO, Adagenor Lobato. **Modelo de Indicadores para Mensuração do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.** Tese de Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém, NAEA/UFPA, 2002.

SANTOS, Carlos. **A territorialidade e a Sustentabilidade ou a Ecologia do Espaço Político.** R.bras Geogr., Rio Janeiro, v.57, n.4, p.1-163, out./dez.1995.

SAES, Décio. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos.** 2.ed. São Paulo: UNICAMP, 1998.

SALGADO, Silvia S. da Costa. **Experiências municipais e desenvolvimento local.** São Paulo em perspectiva, São Paulo: Fundação SEADE, v. 10, n. 3, 1996.

STEER, Andrew; LUTZ, Ernest. **Como medir o desenvolvimento ambientalmente sustentável.** Finanças e Desenvolvimento, p. 20-23, dez.1993.

SEBRAE, Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas em Rondônia. **Diagnóstico do Agronegócio Leite e Seus Derivados.** 2.ed. Porto Velho: SEBRAE-RO, 2002.



SEAPES, Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social. **Relatório de Gestão**. Porto Velho: SEAPES-RO, 2003.

SEFIN, Secretaria de Estado de Finanças. **Pauta de Preços Mínimos e ICMS de agrícolas, Laticínios e Extrativismo**. Porto Velho: SEFIN-RO, 2005.

SIENA, Osmar. **Métodos para Avaliar Desenvolvimento Sustentável**. Tese Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, EPS/UFSC, 2002.

TRIGO, E.; KAIMOWITZ, D.; FLORES, R. **Bases para uma agenda de trabalho visando o desenvolvimento agropecuário sustentável**. Estudos econômicos, São Paulo, v. 24, n. especial, p. 31-97, 1994.

UNCSD. United Nations Commission on Sustainable Development. **Indicators of sustainable development**. New York: UN CSD, 1996.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de ciência e tecnologia, Brasília, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.